

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.404 - SP (2018/0311797-2)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : CHL CXX INCORPORACOES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRO(S)
ADVOGADO : FABIO RIVELLI E OUTRO(S) - SP297608
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DO DÉCIMO QUARTO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REGIONAL DE JACAREPAGUÁ - RJ
INTERES. : SERAFIM FERREIRA DE SOUSA
INTERES. : MARIA CRISTINA CAMACHO BRITO DE SOUSA
ADVOGADO : EDUARDO PEREIRA DE ALVARENGA TAVARES E OUTRO(S) - RJ173762

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência, com pedido liminar, suscitado por PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, CHL CXX INCORPORACOES LTDA e OUTROS, todas em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP, no qual tramita os autos da recuperação judicial, e do JUÍZO DO DÉCIMO QUARTO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REGIONAL DE JACAREPAGUÁ - RJ, no qual tramita a execução nº 0029399-52.2017.8.19.0203 movida por SERAFIM FERREIRA DE SOUSA e MARIA CRISTINA CAMACHO BRITO DE SOUSA.

As suscitantes postularam, em razão da competência universal do juízo da recuperação para decidir as questões tendentes a afetar o patrimônio da recuperanda, a suspensão do cumprimento de sentença em trâmite no Juízo Fluminense, bem assim a declaração da competência do Juízo recuperacional.

Deferido o pedido liminar, foi sobrestada a execução, designando-se, temporariamente, o juízo da recuperação para decidir sobre as medidas urgentes.

Expedidos ofícios aos suscitados, foram prestadas as devidas

informações.

A Administradora Judicial, às fls. 1019/2177 (e-STJ), esclarece que *"não consta crédito em nome do Sr. SERAFIM e da Sra. MARIA na relação de credores prevista no art. 7º, §2º da LRE (doc.4), cabendo aos interessados, se o caso, promover a habilitação de seu crédito nos autos da Recuperação Judicial, observado o valor apurado perante o Juízo Especial Cível, nos termos dos arts. 6º, §2º, e 10º e ss. da LRE."*

Parecer do MPF opinando pela declaração de competência do Juízo recuperacional.

É o relatório.

Decido.

Considerando as informações prestadas pelo Juízo suscitado do 14º Juizado Especial Cível Regional de Jacarepaguá - RJ, no sentido de que *"(...) diante da recuperação judicial da executada e da suspensão determinada pelo Juízo Universal, determino a suspensão da presente execução. Extraia-se certidão de crédito em favor do exequente, conforme aviso 23/2008: '2.13 - Na hipótese de Recuperação Judicial deferida, prossegue-se na fase de conhecimento do processo até o trânsito em julgado da sentença, expedindo-se, após, certidão do crédito, sem prejuízo do curso da execução (art. 6º, §4º, da Lei n. 11.101/05)'"* (e-STJ, fl. 2184), deve-se extinguir o presente conflito.

Ante o exposto, julgo extinto o presente conflito de competência por perda superveniente de objeto.

Revogo a liminar concedida às fls. 1005/1007 (e-STJ).

Expeçam-se ofícios aos Juízos envolvidos no conflito, com cópia da decisão.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

